

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO DE TRABALHO NORDESTINO NO SÉCULO XXI

Carlos Augusto Couto Xavier (PPGE/UFPA)
Márcia de Lima Pereira Couto (PPGE/UFPA)
José Raimundo Barreto Trindade (PPGE/UFPA)

RESUMO: O setor sucroalcooleiro brasileiro e nordestino se caracteriza historicamente pela importância econômica e pelas condições degradantes e de exploração impostas aos trabalhadores. Dados esses aspectos, o objetivo deste trabalho é promover maior entendimento acerca das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro da região Nordeste no período mais recente, através da análise de dados secundários de produção, emprego e renda, obtidos junto a órgãos e instituições oficiais. Para tal propósito, utiliza-se como aporte teórico as proposições de Marx acerca do papel da força de trabalho e da importância do Exército Industrial de Reserva no âmbito da regulação das Relações Assalariadas Normais de Trabalho nas sociedades capitalistas e também o debate acerca da categoria superexploração da força de trabalho, proposta por Marini, no âmbito da Teoria Marxista da Dependência, como uma forma de se lançar luz acerca das transformações recentes no âmbito do trabalho no setor em questão. Através dos dados coletados, constata-se uma condição de superexploração da força de trabalho, sobretudo no segmento de cultivo da cana-de-açúcar, através da alta produtividade, baixos níveis salariais e alta rotatividade do emprego.

Palavras-chave: Relações de Trabalho. Setor sucroalcooleiro. Superexploração. Nordeste.

ABSTRACT: The Brazilian and Northeast sugar and alcohol sector is characterized historically by the economic importance and the degrading and exploration conditions imposed on workers. Given these aspects, the objective of this work is to promote greater understanding of labor relations in the sugar and alcohol sector in the Northeast region in recent times, through the analysis of secondary data production, employment and income, obtained from agencies and official institutions. For this purpose, it is used as theoretical support the Karl Marx's propositions about the role of the labor force and the existence of a reserve army of workers within capitalist societies and the debate about the category overexploitation of the workforce, proposed by Marini, under the Marxist Theory of Dependency, as a way to launch a better understanding of the recent changes in the work in the sector in question. Through the data collected, there has been an overexploitation condition of the labor force, especially in the growing segment of sugarcane by high productivity, low wages and high job turnover.

Keywords: labor relations. sugar and alcohol sector . Overexploitation . Northeast.

Código JEL: B14; B24; J20

1. Introdução

As mudanças ocorridas nos processos produtivos, sobretudo, a partir do final do século passado, tendo como importante característica a introdução de novas tecnologias e processos de trabalho mais intensivos, afetando diretamente a vida dos trabalhadores, seja em termos de maior intensidade do trabalho realizado, maiores exigências em termos de qualificação, flexibilidade nas relações de trabalho, dentre muitas outras que não foram acompanhadas por melhorias socioeconômicas que poderiam ser promovidas por uma remuneração que crescesse proporcionalmente ao valor do produto social.

No Brasil, alguns setores da economia, intensivos em mão de obra, sofreram grandes impactos nos últimos anos, como por exemplo, a atividade agrícola, na qual a chamada “Revolução Verde” que promoveu melhoramento genético das sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo, se por um lado contribuiu significativamente para a elevação da produtividade das culturas, por outro foi acompanhada, de maior concentração fundiária e do ponto de vista do trabalhador, uma condição de vida degradante, vista pela ampliação da desnutrição, fruto das baixas remunerações e do desemprego, promovido pelo amplo contingente de trabalhadores e flexibilização nas relações de trabalho, elementos estes que ainda se encontram presentes na realidade atual.

No âmbito da agricultura, dada a importância econômica para o Brasil e para a região Nordeste, destacamos a atividade canavieira, a qual desde a época em que se tinha a inserção do trabalho escravo até o período recente, o mesmo em geral apresenta péssimas condições nas relações de trabalho: baixos salários, precárias condições de trabalho e a alta rotatividade. Com base nesses elementos, o objetivo principal deste trabalho consiste em analisar e problematizar as relações de trabalho no setor sucroalcooleiro da região Nordeste neste início do século XXI, a hipótese trabalhada é que neste setor combinam-se processos de produção com elevada alteração tecnológica e formas de exploração intensiva da força de trabalho, caracterizando um duplo movimento de extração de mais-valia absoluta e relativa. Para tratar do setor faz-se uso de dados secundários do desempenho do mesmo e dados formais de emprego e renda, obtidos junto ao Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, a partir das bases de dados RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego).

Em termos de aporte teórico tomou-se como base as proposições de Marx acerca das condições de acumulação absoluta e relativa e, mais especificamente, a funcionalidade do exército industrial de reserva para a dinâmica reprodutiva do capital e, por outro, a categoria teórica desenvolvida por Ruy Mauro Marini, a superexploração do trabalho como característica essencial da condição de dependência.

Além desta introdução, o trabalho possui mais três seções, construídas da seguinte forma: a seção dois traz os elementos teóricos acerca das relações de trabalho no âmbito do modo de produção capitalista; na seção três traz-se à tona uma caracterização acerca do desempenho econômico do setor sucroalcooleiro no período mais recente; na seção quatro são realizadas a leitura e análise de dados acerca das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro nordestino; por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. A relação de trabalho assalariada normal e os padrões de exploração absoluta e relativa no capitalismo

2.1 Relação de trabalho assalariada normal e exército industrial de reserva

Nas últimas duas décadas a aceleração das alterações do capitalismo ao nível internacional, produziu efeitos diversos, porém as rápidas transformações tecnológicas

facilitaram o processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, como parte do novo ajustamento nas relações entre capital e trabalho. As últimas décadas do século XX se notabilizaram pela acelerada incorporação de novas técnicas (tanto materiais quanto organizacionais), ao lado de uma intensa reestruturação econômica e reajustamento social e político. A reorganização produtiva, visível já na segunda metade da década de 70, foi possibilitada não só pelas inovações técnico-organizacionais de corte flexível, mas também pela derrota imposta aos operários fordistas, marcadamente pela “quebra” das organizações sindicais (Aglietta, 1979; Lipietz, 1991; Harvey, 2008) e reconstituição do exército industrial de reserva.

O restabelecimento do controle sobre o trabalho significou, em escalas e níveis distintos conforme o país, a implementação de modernas formas de contratação e gerenciamento de trabalho, experimentações organizacionais do processo de trabalho que representaram a passagem para um regime de acumulação de elevada flexibilidade nas relações salariais, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinta do estabelecido no pós-guerra (HARVEY, 1993, p. 140).

Compreende-se que o desemprego de parcela da força de trabalho é uma condição estrutural ao capitalismo. Essa percepção se sustenta na compreensão da importância do Exército Industrial de Reserva enquanto estoque de reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada, na regulação das duas formas clássicas de produção de mais-valia: absoluta e relativa. Considerando inicialmente inalterada a composição orgânica do capital, o que caracteriza a primeira forma extensiva ou absoluta, a condição necessária para sua ampliação é um crescimento concomitante de suas partes constitutivas: capital constante e variável. Dessa forma, pressupõe-se no processo de reprodução ampliada do capital, que uma parte da mais-valia é adicionada ao capital original a cada ano, o que implica na ampliação do capital já empregado, permitindo crescente acumulação através de novos e consecutivos investimentos que nestas condições pode se elevar a um patamar no qual a oferta de força de trabalho seja inferior a quantidade demandada, provocando uma elevação nos salários.

A Relação de Trabalho Normal (RTN) refere-se às condições sociais próprias de regimentos sobre o “uso e disponibilidade” da mercadoria força de trabalho. Composto um sistema de regras de contratualidades que garantem a institucionalização dos mercados de trabalho, estabelecendo normas de controle social sobre as empresas quanto à contratação e demissão de mão de obra, remuneração mínima e jornada de trabalho máxima. A RTN é uma forma social histórica, sendo estabelecidas em conformidade as realidades nacionais, podendo ser mais ou menos flexíveis a depender das características estruturais de cada formação nacional¹. Segundo Lipietz (1988:52) o regime salarial estabelecido no pós-guerra nas chamadas economias centrais, caracterizava-se pelos “acordos coletivos constringentes para o conjunto dos empregadores de um ramo ou região de produção”, o que inviabilizava a concorrência pelos salários baixos². As alterações mais recentes (três últimas décadas) demonstram que a flexibilidade da RTN se impõe historicamente, porém com certo nível de

¹ No caso brasileiro as condições estruturais capitalistas não processam uma universalização do assalariamento. A base de determinação a partir da acumulação de capital (assalariada) – demanda por força de trabalho – se combina a formas de auto reprodução das mais variadas, além da oferta de bens e serviços relativamente autônoma aos vetores de acumulação de capital formais (informalidades diversas) (Conferir Ipea, 2009, Cap. 11).

² Esta legislação social das relações de trabalho teve no famoso “Fair Labor Standards Act”, de 1938, do “New Deal” de Roosevelt, um primeiro ensaio de gestão estatal da força de trabalho. Essa lei determinava, entre outras coisas, um salário mínimo, jornada máxima de trabalho, regulamentava a hora-extra e proibia o trabalho infantil (ver Brunhoff, 1985:76). No Brasil o governo de Vargas cria em maio de 1943 a chamada Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujas normas atributivas e regulamentadoras regem, até hoje, as relações formais de trabalho no país.

rigidez necessária a manutenção da ordem reprodutiva capitalista³, aspecto importante refere-se a maior pressão pela flexibilidade (salarial e contratual) de uso da força de trabalho, se impondo um “regime de acumulação flexível” (Harvey, 1993) como característica mais importante do atual “regime salarial” em termos internacionais.

De maneira geral, o processo de reprodução centrada em formas absolutas de acumulação compreende uma variada gama de processos de trabalho, principalmente quando são passíveis de retroalimentação por contingentes da população economicamente ativa (PEA) que não estavam, até então, inseridos regularmente no mercado de trabalho. A RNT requer um aumento relativo do Exército Industrial Ativo (EIA), o que se dá pela alimentação de força de trabalho oriunda do EIR e, por sua vez, sua recomposição via superpopulação flutuante, oriunda da desorganização de formas de produção não assalariadas, campesinato por exemplo. Entretanto, Marx (2013) destaca que o processo avança e atinge um limite a continuada expansão da acumulação em condições de composição orgânica constante, isso porque o uso da força de trabalho requer uma normalização que somente é obtida sob um complexo processo de qualificação dos trabalhadores, o que pode levar ao esgotamento do padrão de exploração baseado na exploração absoluta.

Considerando, então, a composição orgânica do capital como algo mutável com o desenvolvimento ou elevação do grau de produtividade do trabalho, o capitalista pode reduzir seus gastos com força de trabalho ou capital variável, já que, a acumulação seria possível mantendo um menor volume de mão de obra empregada produzindo um maior número de mercadorias. De acordo com isso, ocorre uma modificação na composição técnica do capital, uma vez que a parte constante do capital é acrescida de valor, isso em termos comparativos com a parte variável. (MARX, 1984).

Nesse sentido, cabe ainda acrescentar que o acúmulo de capital conduz a um novo processo de acumulação, gerando concentração de riquezas nas mãos de capitalistas individuais, o que aumenta cada vez mais as discrepâncias existentes entre capitalistas e trabalhadores. Acrescido a isso, o fato de que, a partir de certo momento a busca por mais capital gera uma concorrência, que pode ser verificada através de um barateamento das mercadorias, fazendo sucumbir os capitais menores em detrimento dos capitais maiores, demonstrando o que se pode chamar de centralização de capitais. Deste modo a centralização *reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho.* (MARX, p. 198, 1984).

Nestes termos, baseado nesse decréscimo do capital variável, fica patente que a acumulação capitalista ao se dar segundo mecanismos de elevação da composição orgânica do capital, produz constantemente nova população adicional de trabalhadores, supérflua ou subsidiária, em virtude de não ser imediatamente aproveitada no processo de produção. Em outras palavras, o próprio sistema capitalista gera condições para que exista uma massa de trabalhadores à disposição para ser utilizada no processo produtivo, caso necessário, sem que o ritmo de produção seja afetado.

O EIR funciona agindo tanto sobre a intensidade de trabalho, ao estabelecer o medo do desemprego sobre os contingentes de trabalhadores ativos na produção, como também sobre os salários setoriais médios da economia, via a fragilização das condições de resistência sindical e de organização efetiva dos trabalhadores. De outro modo, *os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva* (Harvey, 2013, p. 264).

O EIR ao funcionar como mecanismo de controle do mercado de trabalho pelo capital, produz, conforme sua extensão, uma fragilização da posição dos trabalhadores no interior do

³ Conferir Freyssenet (2009).

conflito participativo da produção. Neste sentido, a “acumulação flexível” buscará repor e ampliar o exército de reserva, consolidando o controle gerencial do capital e produzindo ou ampliando o conjunto de inseguranças no mundo do trabalho. Portanto, a existência de uma parcela da população economicamente ativa desempregada é de extrema importância no sistema capitalista, podendo ser considerada como parte da estrutura da sociedade, ampliando-se ou reduzindo-se de acordo com os movimentos da conjuntura.

2.2 A superexploração do trabalho do ponto de vista da Teoria Marxista da Dependência

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), ao resgatar elementos importantes da contribuição de Marx, emerge no intuito de explicar a realidade latino-americana de forma a contrapor as ideias dualistas dos cepalinos e estruturalistas⁴, demonstrando que o capitalismo dependente que caracteriza a América Latina possui elementos característicos próprios como a *superexploração do trabalho*, inicialmente teorizada por Marini (1973).

Por mais que a categoria de *superexploração* tenha sido pensada para a realidade concreta latino-americana, porém as alterações no capitalismo mundial nas últimas décadas recolocaram de forma candente a necessidade de se repensar os mecanismos de exploração da força de trabalho, sendo que aquela categoria tem permitido lançar outro olhar para as transformações que o mundo do trabalho vem passando e, portanto, têm justificado sua importância e inspirado diversos estudos da área (Bueno e Seabra, 2010; Martins, 2013). Martins (2011, p. 135) observa que o movimento liberal-produtivista ao nível global segue um condicionante central de utilização de formas de *superexploração da força de trabalho*, ou seja, *reduzindo os preços da força de trabalho abaixo de seu valor, para compensar a tendência depressiva que se estabelece sobre sua taxa de lucro*.

Cabe ressaltar que Marini (2005) parte da discussão acerca do papel das economias latino-americanas no desenvolvimento do capitalismo, através da contribuição no que se refere ao fluxo de mercadorias e expansão dos meios de pagamento em favor das economias centrais européias e a promoção da sua base produtiva mais tecnologicizada. Com a independência política, essa relação não se rompe, dado que se mantêm uma dependência econômica e cultural, firmada pela divisão internacional do trabalho, explicada por Marini (p.141, 2005) *como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência*.

Dessa forma, Marini aponta que dado o intuito de desenvolver a grande indústria no continente europeu, o estabelecimento internamente de uma produção de bens agrícolas para atender a demanda desta poderia implicar um bloqueio na especialização de parte da sociedade europeia na atividade industrial. Assim, ao prover essa necessidade da grande indústria europeia, a América Latina cumpriu em parte seu papel no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo, visto que tinha como condição a transferência de mais-valor para as economias centrais, via mecanismo de trocas internacionais e, adversamente, o

⁴ O dualismo Cepalino estaria centrado na possível oposição entre “setores modernos” e “setores de subsistência”. Segundo esta tese, a consequência dessa interação seria que o desenvolvimento dos países periféricos se daria mediante um paulatino processo de homogeneização dos níveis de produtividade no sistema econômico como um todo. Tal homogeneização só seria possível mediante um processo de industrialização, em função de uma absoluta insuficiência de expansão dos mercados de exportação, conferir, entre outros, Bielschowsky (2000 p.137). A crítica ao dualismo está justamente na incompreensão, por parte, desta visão de os referidos segmentos “modernos” e “atrasados”, na verdade comporiam uma única dinâmica dialética e integrada: a economia dependente.

desenvolvimento de sua produção ocorresse através de uma ampliação no nível de exploração dos seus trabalhadores, ou seja, acumulação oriunda da superexploração do trabalho.

O que define estruturalmente a dependência é o grau de subordinação e de limite histórico e estrutural nacional que estabelece barreiras a expansão autônoma e geral do departamento I da economia⁵ (setor produtor de bens de capital), permanecendo atrofiado e subordinado ao exterior, necessitando de ingresso de capitais externos para garantir a reprodução ampliada, sendo que essas considerações analíticas foram desenvolvidas por Theotônio dos Santos ainda na década de 1960. Martins (2011, p. 252) pondera que o substrato necessário a internalização e integração plena à economia dependente não se relaciona somente ao conteúdo físico, algo necessário, mas não suficiente, e sim “no estabelecimento de um importante sistema nacional de inovação que utilizaria a integração física à economia mundial como um insumo para o desenvolvimento da capacidade interna”.

Assim, dada a diferença das composições orgânicas entre países periféricos e centrais, tem-se como aspecto característico primordial e típico da divisão internacional do trabalho, o fato de que os países periféricos alcançam menor valor pelos bens produzidos em relação aos bens industrializados das economias centrais, e assim sendo, estes primeiros buscam compensar o menor valor da produção através da ampliação da mesma, aspecto este relacionado a um processo de trocas desiguais e que, portanto, faz com que os países periféricos acabem por recorrer a superexploração do trabalho como forma de atenuar efeitos da transferência de valor que ocorre destes para os países do centro capitalista. (Ramalho e Moreira, 2013).

Sobre essa questão, Ramalho e Moreira (2013, ps. 59 e 60), acrescentam:

...a América Latina exporta matérias-primas e alimentos produzidos em setores com relativamente baixa composição orgânica do capital para os países centrais e importa deles manufaturas industrializadas em setores de elevadas composições. Esse é o segredo das trocas desiguais, visto que nos países latino-americanos são produzidas mercadorias que necessariamente serão vendidas por preços abaixo do seu valor no mecanismo de equalização tendencial das taxas de lucro. Esse mais valor produzido será apropriado pelos países centrais, via maiores preços relativos, que obterão associados aos seus produtos, aparecendo acima do valor que possuem. As classes dominantes da América Latina resolveram essa contradição com a incorporação do latifúndio à agricultura e a superexploração de sua força de trabalho.

Prosseguindo, Marini (2005) discute que a condição de dependência que caracteriza países da América Latina se explicita porque não se verifica um intuito de contraposição ao processo de transferência de valor para países centrais e sim uma forma que se encontra de compensar a mais-valia perdida, através de maior exploração de sua força de trabalho.

Assim, a superexploração pode ser verificada através de um aumento da intensidade do trabalho, um prolongamento da jornada de trabalho, ou o que seria a mesma coisa aumento da mais-valia absoluta e/ou através da redução da remuneração do trabalhador abaixo do seu valor, o que implica negar a este o consumo de bens necessários a manutenção e conservação de sua força de trabalho em condições normais, provocando desta forma o desgaste e atrofiamento destes. Nos termos de Marini:

⁵ Marx categorizou a economia em dois departamentos onde Departamento I corresponde aos bens de capital e Departamento II corresponde aos bens de consumo. A relação entre departamentos econômicos procede a maior ou menor troca entre insumos tecnológicos no interior das próprias fronteiras nacionais, de tal maneira que a presença de do Departamento I com elevado grau de autonomia e definição de engenharia e estrutura reprodutiva garante a economia em questão maior grau de poder de decisão econômico e reduz expressivamente sua vulnerabilidade externa, conferir Mandel (1985), Harvey (1990) e Gonçalves (2005).

(...) nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [salário abaixo do valor da força de trabalho], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (2005, P. 156 e 157).

(...) a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (1973, s.p.)

Bueno e Seabra (2011) ressaltam um aspecto importante para se entender o conceito de superexploração do trabalho, ao afirmar que este não tem como foco essencial a apropriação de uma mais-valia absoluta e/ou relativa e sim o fato de se burlar a lei do valor, segundo a qual as mercadorias são trocadas por seus equivalentes, uma vez que esta é negada, já que no caso do trabalhador, o salário não condiz com o necessário para a reposição da força de trabalho. Dessa forma, a remuneração do trabalhador não acompanha a ampliação do valor que este gerou.

Amaral e Carcanholo (2009) acrescentam, como elemento implícito nessa discussão, uma quarta forma de expressão da superexploração no âmbito das economias periféricas, qual seja a ampliação do valor histórico-social da força de trabalho, o qual não tem sido acompanhado por atualizações correspondentes nos salários. Isso implica, segundo os autores que mediante processos de transformação que ocorrem ao longo do tempo nas sociedades, novas necessidades sociais são criadas, o que implica numa ampliação do volume de bens necessários que passam a compor a cesta de consumo dos trabalhadores e esse aspecto se confronta com a maior apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelo trabalho, configurando numa relação de superexploração ao se criar um hiato entre esse valor histórico-social da força de trabalho e a remuneração efetivamente recebida.

No que diz respeito a realidade de economias latino-americanas, como é o caso da economia brasileira, é importante destacar a crítica de Marini as ideias dos autores desenvolvimentistas ao apontarem a industrialização como condição de superação do subdesenvolvimento. Marini (2005) destaca que, no caso das economias periféricas latino-americanas, de base agroexportadora, a indústria emerge apenas de forma débil, uma vez que esta se ampliava apenas mediante processos de estrangulamentos ou restrições externas, em termos de acesso a bens importados e como forma de atender a uma demanda pré-existente, cuja estrutura se monta mediante as exigências dos países avançados, de onde advinham anteriormente os produtos demandados e *continuou sendo uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação.*

Todavia, é importante enfatizar que a indústria latino-americana por ser marcadamente de baixo nível tecnológico, tem como elemento de determinação dos bens produzidos os salários, visto que a economia agroexportadora ao liberar mão de obra gera, portanto, um exército de trabalhadores disponíveis, cuja condição promove uma baixa nos salários, fazendo com que estes sejam absorvidos na atividade industrial e passem a caracterizar tal atividade através de processos de intensificação e prolongamento de jornadas de trabalho, como forma de se ampliar a acumulação de capital também neste setor. Portanto, tendo-se também na parca indústria latino-americana a superexploração do trabalho como característica fundamental.

Cabe destacar, dessa maneira, que o Exército Industrial de Reserva (EIR), na perspectiva de Marx, está inteiramente relacionado com a superexploração, visto que o

capitalista busca exacerbar os meios de extração de mais valia, através dos mecanismos que caracterizam a superexploração do trabalho, seja via extensão da jornada de trabalho, intensificação do trabalho e/ou diminuição nos salários. De acordo com Amaral e Carcanholo (2009):

Isto ocorre porque, como já dito, a existência de uma massa de trabalhadores, que se encontra excluída, às margens do mercado de trabalho (massa de desempregados), exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que se submetam a todas as formas de superexploração existentes, sob pena de se verem substituídos e desempregados por “trabalhadores da reserva” num momento futuro. Ou seja, a oferta de trabalho é muito maior que a demanda. Com isso, fica clara a funcionalidade do EIR para a acumulação capitalista, que se sustenta justamente baseada na superexploração, tanto através de ampliação da mais valia absoluta quanto da mais valia relativa. Mais do que isto, esta é a tendência mesma do sistema capitalista: ampliar a composição do capital, engrossar a massa de trabalhadores que compõem o EIR para, com isso, ter as portas abertas à ampliação da superexploração baseada nos quatro mecanismos de extração citados e, conseqüentemente, para o fortalecimento da acumulação. (p.222)

Dito isto e prosseguindo na discussão sobre industrialização nos países periféricos, na medida em que se avança no processo de industrialização, estes incorporam tecnologia importada dos países centrais, que tem duplo interesse nesse processo: primeiro criar novos mercados para ampliar acumulação de sua indústria pesada e, em segundo lugar, dado o nível avançado de desenvolvimento tecnológico em que se encontram, vender bens de capital já considerado obsoletos para sua realidade produtiva.

Dessa forma, embora avancem em alguma medida, competir com a indústria dos países centrais em manufaturados é algo praticamente impossível, configurando-se assim uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países periféricos mantêm, de certa maneira, uma base produtiva auxiliar à indústria dos países centrais, uma base de acumulação de capital focada mais na ampliação do valor, na geração de mais valia, na exploração da força de trabalho. Além disso, dadas as dificuldades de competir no mercado externo na produção de bens manufaturados, o setor agroexportador mantém sua importância histórica enquanto atividade econômica, levando alguns autores, em período mais recente, a um debate pautado na reprimarização da economia, como uma forma de se manter a competitividade em termos de exportações, visto que se tem maiores possibilidades de diminuição de custos através da superexploração da força de trabalho. (Marini (2005) e Amaral e Carcanholo (2009)).

Neste sentido, Ramalho e Moreira (2013), destacam que pelas características históricas, a condição de dependência da América Latina tem se aprofundado e isso fica mais claro quando se observa a produção agrícola e canavieira do Brasil, e destacam esse último como um segmento que apresenta como importantes aspectos: a superexploração do trabalho, a ampliação dos investimentos públicos e privados e como segmento que vem influenciando fortemente a reprimarização da economia, com destaque para a produção de açúcar e amplo potencial para a indústria de biocombustíveis. No que diz respeito especificamente a superexploração nesse segmento produtivo, Luce (2012, p.16) complementa:

O outro caso que demonstra até onde vai o poder despótico do capital sobre a vida do trabalhador é o de um ramo que compõe o eixo dinâmico do novo padrão de reprodução vigente na economia brasileira: o setor sucroalcooleiro. O segmento obtém sua matéria-prima com base no trabalho degradante dos cortadores manuais da cana-de-açúcar que trabalham em condições alarmantes. Segundo estudo com os cortadores manuais em atividade no interior paulista, em apenas dez minutos cada trabalhador corta 400 kg de cana, desfere 131 golpes de foice e flexiona o tronco 138 vezes. Ao final de um dia de trabalho, após numerosas seqüências de operações

repetitivas e extenuantes, são computados em média por trabalhador: 11,5 toneladas de cana cortada, 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna. Como resultado, tem-se expectativas de vida que não passam dos 35 anos de idade.

Assim, dada a importância histórica do setor sucroalcooleiro para a economia brasileira e constatadas situações que remetem a uma condição de superexploração da força de trabalho, faz-se importante entender como se caracteriza economicamente este setor no período mais recente e, sobretudo, como se dão as relações de trabalho na região Nordeste, visto que foi nesta região onde a atividade em questão historicamente emergiu.

3. O setor sucroalcooleiro brasileiro e nordestino no período recente

A importância e influência cultural, econômica e social do ciclo da Cana-de-Açúcar e dos engenhos sobre a civilização brasileira é manifestada na obra de Gilberto Freyre, “Casa-grande & senzala”, de 1933. No caso específico do Nordeste, a ‘civilização do açúcar’ deixou raízes profundas, que ainda sobrevivem não só na memória local, mas concretamente no cotidiano das pessoas, como por exemplo, os engenhos que na região foram símbolo de riqueza na época da colonização brasileira.

Andrade (1986) aponta que os primórdios do processamento de açúcar na região Nordeste datam de 1526, cujo açúcar fora remetido para Portugal nesse mesmo ano. A partir de então, a cultura da cana-de-açúcar desenvolve-se na região e somente no século XX tem-se o deslocamento do centro de produção de açúcar para o Sudeste do país, mais especificamente para o estado de São Paulo.

Feita esta rápida passagem histórica, destaca-se numa perspectiva de tempo que a produção sucroalcooleira brasileira foi marcada por dois momentos bem distintos: o primeiro com o Estado definindo as diretrizes de sua produção e o segundo, a partir dos anos 1990, em consonância à crise do Estado, e com a redefinição de seu papel na economia, o qual passa a atuar meramente como um agente fiscalizador da produção.

Tratando especificamente do período intervencionista, houveram fases distintas do seu processo. Por exemplo, entre 1930 e 1960, a intervenção foi mais profunda, principalmente diante da crise de superprodução vivenciada na década de 30, queda nos preços e fortes disputas nos mercados internos.

Tal ingerência ocorria de forma a manter equilibrada a relação entre produção e consumo. Segundo VIEIRA, LIMA e BRAGA (2007) a política visava proteger especificamente a produção açucareira nordestina, controlando a produção para contornar a crise de superprodução, que tinha ligação direta com a crescente produção açucareira dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e não apenas com o a expansão da capacidade produtiva das fabricas existentes.

A ideia era estimular a utilização alternativa da cana e a formação de estoques reguladores. Assim, o equilíbrio se daria através de dois instrumentos: estímulo à produção de álcool em larga escala e o estabelecimento de um sistema de quotas de produção, ambos amparados por uma política de administração de preços que garantiriam o montante produzido.

Outra fase intervencionista fundamental para a consolidação do setor como um dos mais importantes para a economia brasileira foi marcada pelo processo de desenvolvimento do PROÁLCOOL⁶. Tal programa transformou a atividade canavieira, principalmente com a

⁶ O Programa Nacional do Álcool ou *Proálcool* foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. (<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-etanol.htm>)

elevação da produtividade, expansão da fronteira, utilização da capacidade instalada e surgimento de novas unidades produtivas. Por outro lado, ampliou as disparidades entre o Centro-Sul e o Nordeste, reconfigurando o espaço produtivo canavieiro.

Com as mudanças econômicas que se abateram sobre a economia brasileira, principalmente durante os anos 1980 e 1990, motivadas pelas turbulências externas e internas, estava forjado a base para a crise no setor sucroalcooleiro brasileiro, levando a sua reconfiguração, agora, sob a lógica da desregulamentação estatal.

Logicamente, é importante destacar que o processo de desregulamentação não ocorreu de forma brusca. Inicialmente foram derrubadas as barreiras institucionais e formais que impediam o ingresso de novos concorrentes na produção e comercialização de açúcar, em seguida reduziram-se ou foram totalmente eliminados os impostos às exportações, na sequência teve-se a liberação dos preços do açúcar cristal e álcool anidro e, por fim, a liberação dos preços da cana-de-açúcar e do álcool hidratado.

A partir dessa exposição, passa-se para um panorama geral acerca do desempenho e importância econômico-social no setor sucroalcooleiro no período mais recente.

Tratando do desempenho do setor sucroalcooleiro no período mais recente, destaca-se inicialmente que em 2015, Valor Bruto da Produção (VBP) da cana-de-açúcar atingiu R\$ 42.363 bilhões, ficando atrás apenas da produção de Soja que obteve R\$ 93.607 bi. Estendendo a comparação aos principais produtos de nossa agropecuária, a cana-de-açúcar tem VBP abaixo apenas da produção bovina (R\$ 70.389 bi), do frango (R\$ 63.044 bi) e do Leite (R\$ 27.524 bi).

Segundo dados que constam na série *Indicadores da Agropecuária* (CONAB,2016), toda a área ocupada para a produção de Grãos no Brasil (Soja, trigo, feijão, arroz, milho, algodão, etc), safra 2014/2015, atingiu 57.996,20 milhões de hectares. De acordo com a TAB.1, apenas a cana-de-açúcar utilizou uma área plantada, no mesmo período, de 9.004,5 milhões/ha, o que corresponderia a 15,52% e um crescimento de 54,18% durante a década estudada.

Tal crescimento da área plantada pode ser explicado, em parte pelo crescimento da demanda nos mercados interno e externo por combustíveis renováveis, especialmente etanol. Destaque-se que a tendência histórica do capital à concentração também pode ser observada nesse crescimento, configurado, por exemplo, quando grandes grupos que já fazem parte do segmento são os principais responsáveis pelos investimentos para essa expansão.

Tabela 1: Área plantada cana-de-açúcar – Brasil. Safras 2005/06 a 2015/16 (Em mil hectares)

REGIÃO / UF	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13	2013 /14	2014 /15	2015/16 (¹)
NORTE	18,6	19,8	20,6	16,1	17,2	19,6	34,5	42,0	46,4	47,6	50,3
NORDESTE	1.077,4	1.123,5	1.037,3	1.052,6	1.082,5	1.113,3	1.114,6	1.083,2	1.030,2	979,0	947,0
CENTRO-OESTE	547,0	604,6	900,8	900,8	940,3	1.202,6	1.379,4	1.504,1	1.710,8	1.748,5	1.816,2
SUDESTE	3.737,3	3.928,1	4.540,1	4.561,8	4.832,5	5.136,6	5.221,0	5.243,3	5.436,3	5.593,1	5.584,9
SUL	460,0	487,3	511,4	526,6	537,0	584,0	613,1	612,4	587,8	636,3	597,2
BRASIL	5.840,3	6.163,3	7.010,2	7.057,9	7.409,5	8.056,1	8.362,6	8.485,0	8.811,4	9.004,5	8.995,5

Fonte: CONAB (2016).

(¹) Previsão em dezembro de 2015.

O Nordeste, que já foi o maior produtor de cana do país, tem hoje a terceira maior área cultivada, representando 10,9% do total. O Sudeste com 62,1% e Centro-Oeste 19,4% são atualmente as duas maiores regiões com áreas plantadas da cultura no país. O crescimento da área plantada transpôs as fronteiras mais tradicionais, que era o Nordeste e o Sudeste brasileiro, avançando sobretudo em áreas da região Centro-Oeste, nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Conforme TAB. 2, a partir das safras 2008/2009 verifica-se uma inflexão no ranking de regiões produtoras e, do ponto de vista também da produção, o Nordeste perde a posição que ocupava de segundo lugar para o Centro-Oeste. A previsão para a safra 2015/2016 é que a região tenha 7,82%, o Centro Oeste 21,45% e Sudeste 63,38% em relação a produção nacional (MAPA, 2015). Assim, ainda com base nessa tabela, pode-se constatar que o crescimento médio entre 2005/06 e 2015/16 foi de 4,37% para o Brasil, 1,17% para o Nordeste, 4,56% para o Sudeste e impressionantes 14,28% para o Centro-Oeste.

Entre os principais fatores que contribuíram para essa expansão no Centro-Oeste está a melhoria da logística de escoamento da produção, pelos seus diversos corredores multimodais (estradas, portos, ferrovias e hidrovias). No caso nordestino, a tradição na produção do açúcar limitam as possibilidades de escoamento pelos terminais marítimos e os custos de logística, dessa forma, apresentam-se acima dos padrões internacionais, aspecto este que são apontados como maior vulnerabilidade do setor sucroalcooleiro nordestino (VIDAL; SANTOS; SANTOS, 2007).

Tabela 2: Produção cana-de-açúcar – Brasil. Safras 2005/06 a 2015/16 (Em mil toneladas)

REGIÃO /UF	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13	2013 /14	2014 /15	2015 /16 (¹)
NORTE	1.073,7	1.261,9	1.348,6	1.093,6	991,6	1.278,4	2.529,3	2.957,4	3.698,1	3.717,6	3.467,1
NORDESTE	56.599,6	62.860,3	67.868,0	64.416,1	60.677,2	62.079,6	63.487,8	52.972,2	53.014,7	55.662,8	51.519,2
CENTRO-OESTE	38.807,1	45.473,0	66.510,1	66.510,1	77.435,9	93.344,7	92.233,6	106.001,3	120.462,3	126.311,1	141.311,6
SUDESTE	304.920,2	329.204,2	392.605,7	395.094,4	419.857,7	423.799,5	362.089,9	387.228,3	439.343,0	405.896,5	417.486,4
SUL	30.012,8	36.001,0	43.038,3	44.320,1	45.551,3	43.403,1	40.614,6	39.756,4	42.304,2	43.179,0	44.917,5
BRASIL	431.413,4	474.800,4	571.370,7	571.434,3	604.513,7	623.905,3	560.955,2	588.915,7	658.822,3	634.767,0	658.701,8

Fonte: CONAB

(¹) Previsão em dezembro de 2015.

Conforme apontado ao longo do trabalho, a década de 1990 foi decisiva para a agroindústria sucroalcooleira. O novo ambiente institucional marcado pela extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, desativação do PROÁLCOOL e pela desregulamentação estatal, expôs os produtores nacionais à concorrência internacional, levando a redução dos preços do açúcar e do álcool. Esse cenário obrigou os produtores nacionais buscarem mecanismos para que ao mesmo tempo em que se reduzisse os custos de produção, ampliassem sua produção, conseqüentemente tornando os produtos mais produtivos e competitivos.

De certa forma, nos últimos 40 anos, presenciou-se grande evolução na produtividade agrícola brasileira. A cana-de-açúcar após processos de melhores práticas agrônômicas e melhoria em suas variedades também evoluiu. Por exemplo, na década de 1970 variava em torno de 45 t/ha, ultrapassando rapidamente a barreira de 60 t/há. No período analisado na TAB. 3 atinge-se o pico de 82 t/ha, porém com média de produtividade em 73.834 t/ha.

Portanto, no período apresentado, percebemos, de maneira geral, a evolução nos índices de produtividade, por outro não se tem um crescimento ocorrendo de forma constante e uniforme.

Tabela 3: Produtividade cana-de-açúcar – Brasil. Safras 2005/06 a 2015/16 (Em kg/ha)

REGIÃO/UF	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13	2013 /14	2014 /15	2015 /16 (¹)
NORTE	57.633	63.732	65.464	68.252	57.670	65.124	73.522	70.432	79.736	78.117	68.997
NORDESTE	52.534	55.954	65.429	61.197	56.049	55.764	56.964	48.903	51.460	56.857	54.402
CENTRO-OESTE	70.953	75.219	73.834	73.834	82.354	77.624	66.866	70.474	70.415	72.242	77.807
SUDESTE	81.765	83.806	86.474	86.610	86.881	82.507	69.353	73.852	80.817	72.571	74.753
SUL	65.237	73.879	84.160	84.163	84.827	74.318	66.240	64.920	71.968	67.856	75.210
BRASIL	74.318	77.038	81.506	80.965	81.585	77.446	67.081	69.407	74.769	70.495	73.225
Média	-	73.879	73.834	73.834	82.354	74.318	66.866	70.432	71.968	72.242	73.834

Fonte: CONAB/

(¹) Previsão em dezembro de 2015.

4. As relações de trabalho no setor sucroalcooleiro nordestino: uma análise dos dados

Conforme explicitado acima, dada a importância que o setor sucroalcooleiro tem para o país e para o Nordeste, este revela aspectos interessantes acerca do funcionamento do mercado de trabalho, os quais serão objeto de análise nessa parte do trabalho.

Observando inicialmente a evolução no que diz respeito ao número de trabalhadores formais ligados ao setor sucroalcooleiro, nas atividades de: cultivo de cana-de açúcar, fabricação de açúcar bruto e refinado e fabricação de bebidas destiladas e álcool para o período compreendido entre 2006 e 2014 para o Brasil e para o Nordeste, destaca-se, conforme TAB. 4, até o ano de 2010, todos os segmentos do setor apresentaram maior inserção no número de trabalhadores. Todavia, a partir de 2011 tem-se verificado uma menor incorporação de trabalhadores em todos os segmentos, podendo esse aspecto estar relacionado a perda de competitividade no segmento produtivo em relação ao mercado externo, denotando uma piora na situação do segmento também a partir do próprio declínio da produtividade nos últimos anos, especificamente para o Nordeste. Ainda com base na TAB.4, pode-se destacar que dentre as atividades relacionadas ao setor sucroalcooleiro, o segmento que incorpora mais trabalhadores, tanto no Brasil quanto na região Nordeste, é o da produção de açúcar bruto, seguido do cultivo da cana-de-açúcar e da fabricação do álcool. Ainda conforme os dados da tabela supracitada, o Nordeste responde por cerca de 30% dos trabalhadores formais do setor sucroalcooleiro (2013 e 2014).

Tabela 4: Número de empregados formais por região e por segmento de atividade do setor sucroalcooleiro para o Brasil e para o Nordeste – 2006 a 2014 (Em mil pessoas).

Ano	Cana-de-açúcar		Açúcar bruto		Açúcar refinado		Bebidas destiladas		Álcool		Total	
	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil
2014	34.976	145.999	106.027	296.177	5.847	7.378	8.147	14.585	22.776	118.136	177.773	582.275
2013	36.754	163.153	114.941	317.711	6.764	8.650	8.154	15.324	23.849	120.373	190.462	625.211
2012	37.237	163.857	128.577	331.290	7.478	8.802	8.099	14.900	24.133	119.203	205.524	638.052
2011	44.529	171.813	130.169	324.754	14.939	17.300	8.749	15.368	26.738	121.280	225.124	650.515
2010	48.102	184.039	137.403	310.862	5.803	7.313	5.804	12.346	25.421	111.395	222.533	625.955
2009	41.196	191.306	148.700	314.435	9.764	11.587	6.220	14.098	22.317	111.883	228.197	643.309
2008	43.879	188.036	147.316	296.708	7.205	8.418	5.866	14.720	21.636	107.300	225.902	615.182
2007	45.121	181.847	144.473	295.188	3.433	4.828	5.438	14.195	22.130	90.331	220.595	586.389
2006	54.213	184.911	129.973	258.753	4.008	5.297	5.005	13.262	18.497	80.290	211.696	542.513

Fonte: Elaborado a partir de MTE-RAIS, vários anos.

Tratando-se especificamente da realidade do emprego formal no setor sucroalcooleiro nordestino, conforme dados observados no CAGED-MTE, verificou-se que há um forte predomínio de inserção de homens, os quais em 2014 superavam os 94% de participação nas atividades de cultivo-de-cana, fabricação de açúcar bruto e refinado e de álcool e de cerca de 88% na fabricação de bebidas destiladas. (CAGED/MTE, 2016).

No que diz respeito a faixa etária dos trabalhadores ocupados no setor sucroalcooleiro, a TAB.5 apresenta distribuição percentual para o Brasil e Nordeste para os anos 2014 e 2006. Através desta, constata-se que o maior contingente de trabalhadores do setor situa-se dentre os que tem de 30 a 39 anos de idade, correspondendo a cerca de 30% em média dos ocupados para segmentos observados em 2014 e cerca de 29% em 2006, tanto a nível de Brasil, quanto a nível de Nordeste, seguido daqueles que se enquadram na faixa etária imediatamente superior (40 a 49 anos de idade), com representatividade média para os setores de 23,1% para o Nordeste e 22,8% para o Brasil em 2014 e de 19,1% e 21,1% para o ano de 2006, respectivamente. Trabalhadores com menos de 30 anos e aqueles que tem 50 anos ou mais tem participação consideravelmente inferior as faixas etárias acima destacadas, em ambos anos observados, sobretudo na atividade de cultivo da cana-de-açúcar, podendo esse aspecto estar relacionado também a própria atividade, seu inerente desgaste e o esforço físico necessários, conforme destaca Luce (2012).

Tabela 5: Distribuição percentual dos trabalhadores ocupados por segmento de atividade do setor sucroalcooleiro e faixa etária para o Brasil e para o Nordeste. (2006 e 2014).

Faixa Etária	2014											
	Cana-de-açúcar		Açúcar bruto		Açúcar refinado		Bebidas destiladas		Álcool		Total	
	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil
Até 17	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,4%	0,2%	0,3%	0,1%	0,2%
18 A 24	13,6%	11,9%	16,2%	14,3%	13,5%	14,6%	14,5%	13,4%	14,5%	15,4%	15,5%	13,9%
25 A 29	12,8%	13,6%	14,6%	15,5%	13,4%	13,9%	15,1%	14,7%	15,1%	17,6%	14,4%	15,4%
30 A 39	29,5%	28,9%	31,0%	30,8%	33,5%	32,4%	31,7%	30,9%	31,7%	31,3%	30,8%	30,4%
40 A 49	25,1%	24,4%	22,6%	22,7%	24,0%	23,4%	23,0%	23,7%	23,0%	21,1%	23,1%	22,8%
50 A 64	18,1%	19,4%	14,7%	15,5%	15,1%	15,2%	14,8%	15,8%	14,8%	13,6%	15,3%	16,1%
65 ou +	0,9%	1,6%	0,7%	1,1%	0,3%	0,4%	0,7%	1,1%	0,7%	0,7%	0,7%	1,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2006												
Até 17	0,2%	0,3%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,3%	0,5%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%
18 A 24	20,4%	19,0%	24,0%	21,1%	17,7%	17,2%	17,0%	15,2%	22,9%	20,3%	22,7%	20,1%
25 A 29	17,3%	16,6%	19,7%	18,7%	17,1%	16,2%	20,3%	17,5%	18,9%	17,9%	19,0%	17,8%
30 A 39	28,3%	29,1%	28,5%	29,5%	29,3%	29,9%	31,9%	32,1%	28,9%	29,8%	28,6%	29,5%
40 A 49	20,5%	21,6%	18,4%	20,5%	22,8%	24,3%	20,1%	22,1%	19,5%	21,2%	19,1%	21,1%
50 A 64	12,8%	12,5%	9,0%	9,6%	12,4%	11,8%	10,0%	11,6%	9,3%	10,2%	10,1%	10,7%
65 ou +	0,5%	0,9%	0,3%	0,5%	0,7%	0,7%	0,4%	0,9%	0,4%	0,6%	0,4%	0,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado a partir de MTE-RAIS.

Ainda em termos das características sociais, no que diz respeito a escolaridade dos trabalhadores formais do setor sucroalcooleiro especificamente nordestino, observa-se via TAB. 6 para os anos 2014 e 2006, que os ocupados no setor sucroalcooleiro em geral possuem maior representatividade dentre os que possuem até 5ª série do ensino fundamental, tendo uma participação considerável dos analfabetos em atividades como cultivo de cana-de-açúcar e fabricação de açúcar (bruto e refinado), apesar de ter apresentado diminuição de participação destes em relação aos dados apresentados para 2006. Todavia, cabe destacar que na medida em que se avança nas faixas de escolaridade apresentadas, constata-se uma menor representatividade de trabalhadores, onde se destaca sobretudo a atividade de cultivo de cana-de-açúcar, enquanto atividade essencialmente agrícola, comparativamente com as demais atividades sucroalcooleiras. Tal aspecto fica notório quando se observa, por exemplo, o grau de escolaridade nível médio completo, no qual verificou-se crescimento considerável para todos os segmentos em relação a 2006, mas quando se observam os dados para o cultivo da cana-de-açúcar nesta faixa de escolaridade tinha-se a representatividade de apenas 6,5% e 3,4% para os anos de 2014 e 2006, respectivamente, ao passo que os demais segmentos apresentavam representação de: 4,9% e 10,3% para produção de açúcar bruto, 13% e 15,5% para fabricação de açúcar refinado, 16,6% e 19,7% fabricação de bebidas destiladas e 7,2% e 13,5% para fabricação de álcool, nos anos de 2006 e 2014, respectivamente. Tal aspecto, pode estar relacionado ao fato de que o próprio modo de realização da atividade agrícola não apresentou grandes alterações e, portanto, não implicou em maiores exigências de qualificação dos trabalhadores lá inseridos, sendo caracterizada também pelo elevado grau de exploração e intensificação na atividade realizada, e nas atividades de caráter manufatureiro, a

ampliação da escolaridade do trabalhador passou a ser um elemento característico do seu processo de produção.

Tabela 6: Distribuição dos trabalhadores formais por segmento do setor sucroalcooleiro e nível de escolaridade do Nordeste. 2006 e 2014. (Em Mil e em %)

ESCOLARIDADE	2014											
	Cana-de-açúcar		Açúcar bruto		Açúcar refinado		Bebidas destiladas		Álcool		Total	
Analfabeto	5.810	16,6%	15.884	15,0%	915	15,6%	883	10,8%	1.894	8,3%	25.386	14,3%
Até 5ª Incompleto	16.013	45,8%	39.131	36,9%	1.589	27,2%	3.008	36,9%	7.110	31,2%	66.851	37,6%
5ª Completo Fund.	4.389	12,5%	9.949	9,4%	463	7,9%	435	5,3%	2.866	12,6%	18.102	10,2%
6ª a 9ª Fund.	3.285	9,4%	16.853	15,9%	1.251	21,4%	767	9,4%	3.928	17,2%	26.084	14,7%
Fund. Completo	1.985	5,7%	5.680	5,4%	230	3,9%	447	5,5%	1.973	8,7%	10.315	5,8%
Médio Incompleto	800	2,3%	5.151	4,9%	315	5,4%	530	6,5%	1.258	5,5%	8.054	4,5%
Médio Completo	2.268	6,5%	10.897	10,3%	905	15,5%	1.609	19,7%	3.072	13,5%	18.751	10,5%
Superior Incompleto	95	0,3%	616	0,6%	27	0,5%	130	1,6%	195	0,9%	1.063	0,6%
Superior Completo	309	0,9%	1.839	1,7%	150	2,6%	334	4,1%	475	2,1%	3.107	1,7%
Pós graduação	22	0,1%	27	0,0%	2	0,0%	4	0,0%	5	0,0%	60	0,0%
Total	34.976	100,0%	106.027	100,0%	5.847	100,0%	8.147	100,0%	22.776	100,0%	177.773	100,0%
2006												
Analfabeto	14.202	26,2%	30.315	23,3%	56	1,4%	323	6,5%	2.053	11,1%	46.949	22,2%
Até 5ª Incompleto	24.179	44,6%	55.077	42,4%	2.703	67,4%	848	16,9%	8.714	47,1%	91.521	43,2%
5ª Compl. Fund.	5.691	10,5%	14.358	11,0%	143	3,6%	600	12,0%	2.123	11,5%	22.915	10,8%
6ª a 9ª Fund.	4.599	8,5%	12.518	9,6%	229	5,7%	765	15,3%	2.234	12,1%	20.345	9,6%
Fund. Completo	2.107	3,9%	5.404	4,2%	144	3,6%	414	8,3%	1.036	5,6%	9.105	4,3%
Médio Incompleto	1.163	2,1%	3.779	2,9%	109	2,7%	917	18,3%	668	3,6%	6.636	3,1%
Médio Completo	1.851	3,4%	6.380	4,9%	522	13,0%	831	16,6%	1.333	7,2%	10.917	5,2%
Superior Incompleto	140	0,3%	735	0,6%	29	0,7%	109	2,2%	96	0,5%	1.109	0,5%
Superior Completo	278	0,5%	1.403	1,1%	73	1,8%	192	3,8%	240	1,3%	2.186	1,0%
Pós graduação	3	0,0%	4	0,0%	0	0,0%	6	0,1%	0	0,0%	13	0,0%
Total	54.213	100,0%	129.973	100,0%	4.008	100,0%	5.005	100,0%	18.497	100,0%	211.696	100,0%

Fonte: Elaborado a partir de MTE-RAIS.

No que diz respeito ao número de horas de trabalho contratadas, verifica-se que tanto para o Brasil quanto para na região Nordeste, para os anos de 2006 e 2014, a quase totalidade dos trabalhadores formais cumprem a carga horária semanal máxima permitida por lei, que corresponderia, conforme expõe TAB.7, aquela que corresponde de 41 a 44 horas semanais. Todavia, é importante frisar que embora a carga horária seja aquela a qual a maioria dos trabalhadores assalariados do país cumpre semanalmente, destaca-se que embora a produtividade do setor sucroalcooleiro, conforme apresentado na seção anterior, tenha declinado no período recente, esta ainda é demasiadamente elevada, o que dadas as condições de trabalho degradantes que envolvem o setor, nos permite enxergar uma situação de exploração sobre este.

Tabela 7: Distribuição dos trabalhadores formais por segmento do setor sucroalcooleiro e faixas de horas de trabalho contratadas no Brasil e no Nordeste. 2006 e 2014. (Em %)

2014												
Faixa Hora Contrat	Cana-de-açúcar		Açúcar bruto		Açúcar refinado		Bebidas destiladas		Álcool		Total	
	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil
Até 12 h	1,5%	0,4%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,3%	0,1%
13 a 20 h	0,1%	0,1%	0,6%	0,3%	1,3%	1,1%	0,6%	0,5%	0,1%	0,1%	0,4%	0,3%
21 a 30 h	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,0%	0,2%	0,5%	0,8%	0,4%	0,5%	0,2%	0,3%
31 a 40 h	0,7%	0,6%	0,1%	1,2%	0,0%	0,6%	1,7%	2,2%	0,1%	0,4%	0,3%	0,9%
41 a 44 h	97,5%	98,6%	99,1%	98,3%	98,6%	98,0%	97,2%	96,5%	99,3%	98,9%	98,7%	98,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2008												
Faixa Hora Contrat	Cana-de-açúcar		Açúcar bruto		Açúcar refinado		Bebidas destiladas		Álcool		Total	
	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil
Até 12 h	1,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,2%	0,1%
13 a 20 h	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
21 a 30 h	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
31 a 40 h	0,1%	1,0%	0,1%	0,3%	0,0%	0,3%	1,1%	3,9%	0,1%	0,6%	0,1%	0,6%
41 a 44 h	98,9%	98,6%	99,8%	99,6%	99,9%	99,7%	98,2%	95,4%	99,9%	99,2%	99,6%	99,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado a partir de MTE-RAIS.

A TAB.8 aponta os rendimentos médios anuais por segmento de atividades do setor sucroalcooleiro para o Brasil e para o Nordeste. Sobre esta, um primeiro aspecto a ser ressaltado consiste na considerável discrepância dos salários praticados em nível de Nordeste em relação ao Brasil, principalmente nos segmentos de cultivo de cana-de-açúcar, fabricação de álcool, de açúcar bruto e de bebidas destiladas, nesta ordem. Para ilustrar tal afirmativa, tomemos como exemplo o fato de que em 2006 o salário que um trabalhador nordestino ocupado no cultivo da cana-de-açúcar recebia, consistia em cerca 67% do salário recebido pela média dos trabalhadores do Brasil na mesma atividade e essa razão mostra-se declinante no período observado e em 2014 atinge cerca de 58% da média nacional. Outro aspecto que pode ser ressaltado é que no que se refere especificamente ao Nordeste, dentre as atividades relacionadas ao setor sucroalcooleiro, embora se constitua em uma atividade que pela própria característica envolva condições degradantes de trabalho e demande maior esforço físico do trabalhador, a atividade de cultivo de cana-de-açúcar também consiste naquela que apresenta menor remuneração dos trabalhadores, seguido das atividades de fabricação de açúcar bruto, de bebidas destiladas e álcool. No caso do Brasil, curiosamente e diferentemente do que se observou para a região Nordeste, a produção de açúcar refinado é a atividade que apresenta média de remuneração mais baixa, seguida do cultivo da cana-de-açúcar, bebidas destiladas e açúcar bruto, tendo portanto, o álcool como atividade com melhor média de remuneração para a maior parte dos anos do período observado na tabela.

Ainda sobre a TAB.8, no intuito de se buscar uma aproximação da proposição teórica de ampliação do valor histórico-social como elemento inerente a superexploração do trabalho,

recorreu-se ao valor do salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE⁷, que toma como base o preceito previsto na constituição brasileira que aponta que o salário mínimo deve ser aquele que seja capaz de atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família⁸ e baseia-se também no Decreto lei nº 399/1938, que denota que “...o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos.” (DIEESE, 2016, ps. 10 e 11). Neste sentido, é facilmente perceptível que se tomarmos como parâmetro o cálculo do salário mínimo necessário, os valores recebidos pelos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, sobretudo os nordestinos, ficam muito aquém do valor necessário para recomposição de sua força de trabalho em condições normais e reprodução da própria força de trabalho. E, como não podia ser diferente, tomando como base as informações da tabela destacada anteriormente, são os trabalhadores do cultivo da cana-de-açúcar os que se encontram em pior situação na região Nordeste. Tal aspecto, ainda se relacionado as faixas etárias de maior representatividade dos trabalhadores ocupados, situada até os 39 anos, pode ter forte ligação com o desgaste prematuro dessa força de trabalho, dadas as parcas condições de subsistência pelos rendimentos recebidos.

Tabela 8: Rendimento médio anual do setor sucroalcooleiro por segmento de atividade do setor sucroalcooleiro para o Brasil e para o Nordeste e média do salário mínimo necessário* para o período de 2006 a 2014. (Em R\$)

ANO	Cultivo de cana		Açúcar bruto		Açúcar refinado		Bebidas destiladas		Álcool		Sal.mín. necessário*
	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	
2014	1.008,27	1.725,71	1.259,17	1.994,89	1.543,08	1.705,19	1.317,62	1.899,41	1.340,72	2.151,62	2.925,16
2013	937,29	1.619,01	1.185,25	1.822,38	1.398,02	1.563,31	1.167,97	1.722,56	1.248,42	1.977,55	2.765,33
2012	878,95	1.458,49	1.119,46	1.623,92	1.251,72	1.357,58	1.111,27	1.611,64	1.129,05	1.778,82	2.463,81
2011	794,54	1.278,97	1.018,20	1.458,73	1.016,88	1.113,63	941,02	1.399,86	1.010,37	1.581,06	2.272,45
2010	713,12	1.153,26	885,23	1.281,38	919,12	1.069,86	881,75	1.384,87	869,66	1.433,56	2.110,26
2009	636,51	1.024,40	796,21	1.124,20	750,97	875,55	787,18	1.237,39	804,22	1.292,36	2.042,43
2008	566,85	931,15	725,42	1.054,78	689,39	778,25	743,49	1.295,38	728,38	1.183,33	2.002,00
2007	533,82	848,16	675,73	945,02	716,32	859,13	611,65	1.025,09	644,70	992,67	1.679,77
2006	492,76	738,86	623,13	873,97	630,66	796,93	600,99	1.138,91	596,89	904,96	1.500,71

Fonte: Elaborado a partir de MTE-RAIS e DIEESE.

*Dados obtidos no site do DIEESE.

Analisando agora a movimentação do emprego para o Brasil e Nordeste, para os anos de 2009, 2012 e 2015 (TAB.10), constata-se que para o ano de 2009, adversamente ao que ocorreu no Brasil nos segmentos de cultivo de cana-de-açúcar e fabricação de álcool, o Nordeste apresenta um saldo negativo de empregos, com uma perda de 785 e de 65, respectivamente. Os demais segmentos acompanharam a tendência de saldo positivo em

⁷ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

⁸ Ainda sobre o salário mínimo necessário conforme Dieese (2016, p.11 e 12), “...a família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto. Utilizando-se o custo da maior cesta, dentre as 27 capitais que pesquisam a Cesta Básica de Alimentos e multiplicando-se por 3, obtém-se o gasto alimentar de uma família. Considerando esse cálculo, dividido por 35, 71% que representa os custos com alimentação das famílias de baixa renda, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), ...para o município de São Paulo em 94/95, pode-se inferir o orçamento total, capaz de suprir também, as demais despesas como habitação, vestuário, transporte etc...”.

termos de geração de emprego. No ano de 2012, em todos os segmentos do setor há uma destruição de empregos, exceto para o Brasil no cultivo da cana-de açúcar, que apresenta um saldo positivo de 557. Outro aspecto que se destaca é o fato de que a perda de empregos na fabricação de bebidas destiladas, o Nordeste ultrapassa o saldo negativo observado para o Brasil (-207 e -119, respectivamente).

E, no que diz respeito ao ano de 2015, para o Brasil constatou-se que o segmento de cultivo de cana-de-açúcar, diferentemente dos dois anos já observados, apresentou números de demitidos superior as admissões. Além disso, apresenta uma ampliação considerável no saldo negativo nos segmentos de fabricação de açúcar bruto (-17.882), seguido de fabricação de álcool (-10.100) e bebidas destiladas (-924). A atividade fabricação de açúcar refinado manteve saldo negativo, mas este apresenta-se menor neste ano do que no montante observado em 2012. Analisando os dados para o Nordeste no ano de 2015, observa-se que apesar de ter apresentado um saldo negativo em termos de movimentação do emprego entre admitidos e demitidos, apresentou ligeira melhora nos valores em relação a 2012, com exceção da fabricação de bebidas destiladas, com um saldo de -9.052, ao passo que em 2012 o saldo era de -207 trabalhadores.

Tais dados apontam a fragilidade dos trabalhadores desse segmento, sobretudo no período mais recente que apontam maior rotatividade do trabalho, sobretudo na atividade agrícola, aqui representada pela cana-de-açúcar, que a partir de 2015 apresenta tendência declinante nos postos de trabalho criados, tendo como um dos aspectos explicativos a própria sazonalidade que envolve o plantio e sobretudo a atividade de colheita, promovendo uma condição de maior subordinação e insegurança dos trabalhadores.

Tabela 10: Movimentação do emprego formal do setor sucroalcooleiro para os anos selecionados: 2015, 2012, 2009. Brasil e Nordeste. (em mil pessoas)

Classe de atividade	Região	2015			2012			2009		
		Admit.	Deslig.	Saldo	Admit.	Deslig.	Saldo	Admit.	Deslig.	Saldo
Cana-De-Açúcar	Brasil	81.784	84.419	-2.635	143.540	142.983	557	209.097	204.383	4.714
	NE	23.655	24.295	-640	28.084	31.330	-3.246	29.763	30.548	-785
Açúcar Bruto	Brasil	113.581	131.463	-17.882	178.660	190.858	-12.198	222.122	219.812	2.310
	NE	58.227	66.712	-8.485	75.443	86.863	-11.420	96.487	95.046	1.441
Açúcar Refinado	Brasil	5.204	6.616	-1.412	5.921	8.698	-2.777	7.951	7.379	572
	NE	4.659	5.889	-1.230	5.245	7.934	-2.689	6.895	6.459	436
Bebidas Destiladas	Brasil	5.728	6.652	-924	5.331	5.450	-119	7.646	7.603	43
	NE	3.142	4.194	-1.052	2.636	2.843	-207	3.416	3.308	108
Álcool	Brasil	51.769	61.869	-10.100	81.526	84.636	-3.110	96.545	92.401	4.144
	NE	13.734	14.333	-599	13.046	15.580	-2.534	14.767	14.832	-65
Total	Brasil	258.066	291.019	-32.953	414.978	432.625	-17.647	543.361	531.578	11.783
	NE	103.417	115.423	-12.006	124.454	144.550	-20.096	151.328	150.193	1.135

Fonte: Elaborado a partir de MTE-CAGED.

Por fim, observando dados sobre o tempo de permanência dos trabalhadores formais no âmbito do setor sucroalcooleiro no Nordeste (TAB.11), ressalta-se como primeiro aspecto no cultivo da cana-de-açúcar e fabricação de açúcar bruto que tanto no ano de 2006, quanto em 2014, mais de 50% dos trabalhadores formais permaneciam no emprego somente por até 6 meses. Além dessas faixas iniciais de tempo de permanência, destaca-se importante representatividade também na faixa de permanência de 36 a 59,9 meses, cuja

representatividade na atividade da cana era de 25,9% em 2006 e 27,8% em 2014 e na fabricação de açúcar bruto, de 35,2% e 37,6%, para o mesmo período, respectivamente.

No que diz respeito a produção de açúcar refinado e do álcool, embora nestas atividades se tenha parcela considerável dentre os que permaneceram no emprego por até 5,9 meses, nestes segmentos tem-se percentuais maiores na faixa que vai de 36 a 59,9 meses de permanência no emprego. E, no que se relaciona a fabricação de bebidas destiladas, destaca-se o fato de que nesta produção tem-se uma representatividade superior a 50%, distribuídas a partir da faixa de permanência de 12 meses ou mais no emprego e, para os que permaneceram no emprego por um período entre 36 e 59,9 meses destaca-se uma representação percentual de 33,8% em 2006 e 31,5% em 2014.

Tabela 11: Distribuição dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro do Nordeste por faixas de tempo de permanência no emprego para os anos de 2006 e 2014. (Em mil pessoas e em %).

Tempo permanência	Cana-de-açúcar		Açúcar bruto		Açúcar refinado		Bebidas destiladas		Álcool	
	2014	2006	2014	2006	2014	2006	2014	2006	2014	2006
Até 2,9 meses	5.093 (14,6%)	6.913 (12,8%)	18.894 (17,8%)	15.884 (12,2%)	410 (7,0%)	299 (7,5%)	1.136 (13,9%)	494 (9,9%)	3.392 (14,9%)	1.534 (8,3%)
3,0 a 5,9 meses	12.764 (36,5%)	19.414 (35,8%)	31.069 (29,3%)	50.974 (39,2%)	2.304 (39,4%)	1.657 (41,4%)	2.283 (28,0%)	955 (19,1%)	4.849 (21,3%)	6.231 (33,7%)
6,0 a 11,9 meses	1.815 (5,2%)	5.290 (9,8%)	3.937 (3,7%)	10.750 (8,3%)	116 (2,0%)	124 (3,1%)	527 (6,5%)	508 (10,1%)	1.550 (6,8%)	2.573 (13,9%)
12,0 a 23,9 meses	3.789 (10,8%)	5.300 (9,8%)	8.058 (7,6%)	12.399 (9,5%)	473 (8,1%)	150 (3,7%)	750 (9,2%)	823 (16,4%)	2.852 (12,5%)	2.036 (11,0%)
24,0 a 35,9 meses	1.791 (5,1%)	3.254 (6,0%)	4.203 (4,0%)	7.209 (5,5%)	283 (4,8%)	143 (3,65)	883 (10,8%)	532 (10,6%)	1.390 (6,1%)	1.177 (6,4%)
36,0 a 59,9 meses	9.708 (27,8%)	14.030 (25,9%)	39.782 (37,6%)	32.684 (25,2%)	2.260 (38,7%)	1.629 (40,7%)	2.566 (31,5%)	1.693 (33,8%)	8.728 (38,3%)	4.942 (26,7%)
Total	34.960 (100%)	54.201 (100%)	105.943 (100%)	129.900 (100%)	5.846 (100%)	4.002 (100%)	8.145 (100%)	5.005 (100%)	22.761 (100%)	18.493 (100%)

Fonte: Elaborado a partir de MTE-CAGED.

Assim, a partir da leitura dos dados, é possível perceber uma forte relação com a condição apontada teoricamente de exploração do trabalho, sobretudo com relação a produção nordestina, pelo fato de que atividades que agregam menor valor, como o cultivo da cana-de-açúcar e produção do açúcar bruto são as que apontam piores condições dos trabalhadores, onde se podem destacar aspectos como agregarem maior números de pessoas com baixa escolaridade, pagar os menores salários, ter uma proporção maior de trabalhadores que cumprem carga horária mais elevada e trabalhadores em condição de maior fragilidade no emprego, constatada através de maior rotatividade e menor tempo de permanência no emprego.

5. Considerações finais

A partir das discussões apresentadas, reforça-se a importância do setor sucroalcooleiro tanto a nível de Brasil, quanto a nível de Nordeste, condição que extrapola a perspectiva histórica e se mantém na atualidade. Tal aspecto fica constatado quando se observam os dados relativos a posição que ocupa em termos de Valor Bruto da Produção (terceiro lugar), bem como a área plantada, o volume de produção e a produtividade da cana-de-açúcar no Brasil, onde estes últimos embora tenham apresentando oscilações e tendência a declínio na região Nordeste, em comparação a outras regiões do país, ainda denotam o peso que este setor tem em termos de atividade produtiva. Outro aspecto que aponta isso é o fato de que, conforme dados observados junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), nos últimos dois anos, a exportação da categoria “outros açúcares da

cana” ocupa a sexta posição dentre os principais produtos exportados pela região Nordeste. (MDIC, 2016).

Todavia, ao mesmo tempo em que se tem esses dados caracterizando o setor, por outro lado os dados que caracterizam o mercado de trabalho deste, denotam uma piora nas condições dos trabalhadores no Brasil e, principalmente no Nordeste no período recente. Tal aspecto fica patente, em um primeiro momento, quando se observa um declínio no número de trabalhadores ao mesmo tempo em que se tem aumento na produtividade, no período de 2013 a 2015, aspecto que denota maior exploração da força de trabalho ocupada.

Além disso, cabe destacar que o fato da maior parte dos trabalhadores formais ocupados se enquadrarem na faixa etária de 30 a 39 anos e a diminuição considerável de trabalhadores inseridos na medida em que se avança nas faixas etárias, aponta conformidade com a literatura, no que diz respeito ao fato de que é característico do setor o uso de força de trabalho com maior capacidade física e pelo próprio desgaste as atividades produtivas ocasionam ao trabalhador.

Outro aspecto que também denota a condição de maior exploração da força de trabalho e, portanto, corrobora com o aporte teórico, consiste nos baixos rendimentos médios recebidos pelos trabalhadores, sobretudo os trabalhadores nordestinos, não proporcionando meios de manutenção da sua força de trabalho em condições normais. Como forma de se evidenciar isso e, no intuito de se fazer uma alusão ao valor histórico social da força de trabalho, através do salário mínimo necessário, entende-se o quão aquém fica o salário recebido por esses trabalhadores para provisão de bens e serviços necessários para sua manutenção e da sua família.

Cabe destacar ainda em termos de movimentação e rotatividade a ampliação de um contingente de trabalhadores que são desligados de seus postos de trabalho, criando um contingente de trabalhadores que ficam à disposição dos efeitos de sazonalidade do cultivo da cana-de-açúcar e das atividades relacionadas a esta, apontado condição de precarização e insegurança do trabalho.

Por fim, é importante ressaltar que as tendências apontadas são mais acentuadas na região Nordeste e nos segmentos de cultivo de cana-de-açúcar e fabricação de açúcar bruto, atividades que pelas próprias características produtivas envolvem menor agregação de valor, podendo, a superexploração da força de trabalho, dessa forma, se constituir em um artifício capitalista para se ter competitividade no mercado.

Referências Bibliográficas

AGLIETTA, M. Regulacion y Crisis del Capitalismo: La Experiência de los EUA. Madri: Sigglo XXI, 1979.

AMARAL, Marina Silva; CARCANHOLO, Marcelo. A **superexploração do trabalho em economias dependentes**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 216-225 jul./dez. 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no nordeste. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 1986

ANDRADE, Manuel Correia de. Usinas e destilarias de Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió, EDUFAL, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 496 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. Base de dados ALICE-Web**. Disponível em: < <http://aliceweb.mdic.gov.br>>. Acesso e: 04 de março de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED: Dados e Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**: Dados e Estatísticas. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. **O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL

CONAB. Indicadores Agropecuária, Brasília, Ano XXV, n. 1, jan. 2016, p. 01-94.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Jan./2016. 7p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 06 de abril de 2011.

FREYSSINET, J. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. In: GUIMARÃES, N. A. (Org.). Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Editora da USP, 2009.

HARVEY, David. **A Acumulação capitalista**. In: Para entender O Capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIPIETZ, Alain. Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro-mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. Audácia: Uma Alternativa Para o Século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

LUCE, Mahias Seibel. **A superexploração da força de trabalho no Brasil**. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 32, p. 119-141, junho-2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência** (1973). STEDILE, J. P. & TRASPADINI, R (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A Superexploração do Trabalho e o Neoliberalismo: A Economia Política da Dependência**. In: Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. 4ª edição, São Paulo: Bertrand Brasil – DIFEL, 1984.

_____. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. O Ciclo do Capital na Economia Dependente. FERREIRA, Carla (org.). Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**: Dados e Estatísticas. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>> Acesso em: fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**: Dados e Estatísticas. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>> Acesso em: fevereiro de 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário**. Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.ana-elizabete-mota.pdf>>. Acesso em: 20 de jan.2016.

RAMALHO, Claudilene da Costa; MOREIRA, Renata Couto. **Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 55-74, jul./dez. 2013

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu dos; SOUZA, Francilane Eulália de. **Cana doce, trabalho amargo: a superexploração do trabalhador canavieiro no município de Itaberai-GO**. Revista Pegada – vol. 13 n.2, Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1599/1926>>. Acesso em: 15 de fev. 2016.